


Feminismos rurais: debates e diálogos em torno de um conceito

Rural feminisms: debates and dialogues around a concept

*Dayane Nascimento Sobreira¹ 

*Michelly Pereira de Sousa Cordão² 

Resumo

Esse artigo pretende apresentar diálogos e debates em torno dos feminismos rurais no Brasil. Em crítica ao viés urbanocêntrico e colonial dos feminismos de *mainstream*, as autoras dialogam com a crítica decolonial e os feminismos comunitários de Abya Yala, propondo alternativas a um projeto ecocida do capital. Para essa articulação, acessamos textos publicados no último quadriênio e que se propõem pensar e caracterizar tais práticas feministas que se fazem com o pé no chão, a partir das experiências vividas e teorizadas e que partem do campo no Brasil. O estudo evidencia que esses feminismos são teorizados e vivenciados por sujeitas, cuja inserção no campo acadêmico e político fortalece narrativas de resistência e emancipação. Para tanto, contribui para o debate amplo e interdisciplinar sobre justiça de gênero, autonomia e sustentabilidade, reposicionando o campo como espaço fundamental de produção de saberes e resistência feminista.

Palavras-chave: feminismos rurais; giro decolonial; interseccionalidade; Brasil.

Abstract

This article aims to present dialogues and debates around rural feminisms in Brazil. In a critique of the urban-centered and colonial bias of mainstream feminisms, it engages with the decolonial critique and the community feminisms of Abya Yala, proposing alternatives to the ecocidal project of capital. For this articulation, we draw on texts published in the last four years that reflect on and characterize these feminist practices, which are rooted in lived experiences and theorized from the perspective of rural areas in Brazil. The study highlights that these feminisms are both theorized and experienced by subjects whose engagement in the academic and political spheres strengthens narratives of resistance and emancipation. Thus, it contributes to the broad and interdisciplinary debate on gender justice, autonomy, and sustainability, repositioning rural areas as fundamental spaces for the production of knowledge and feminist resistance.

Keywords: rural feminisms; decolonial turn; intersectionality; Brazil.

¹ Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFCG, Campina Grande, PB, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5351-692X>.

² Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFCG, Campina Grande, PB, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0285-7206>.

Começo de conversa: o caráter urbanocêntrico e colonial dos feminismos

Por vezes reproduzimos expressões como “as mulheres foram/vão às ruas” para nos referirmos às mobilizações e lutas femininas no presente e ao longo da história. Temos, contudo, refletido sobre a *urbanocentricidade* de frases “dadas” como essa, que parece, ainda, reproduzir a lógica de um feminismo uno que jamais existiu, ao menos em sua prática. Partindo dessa perspectiva, esse artigo pretende apresentar diálogos e debates em torno dos feminismos rurais no Brasil, em interface com a crítica decolonial e os feminismos comunitários de Abya Yala, propondo alternativas a um projeto ecocida do capital. Para essa articulação, realizamos um balanço/revisão de literatura publicada nas ciências sociais e humanas nos últimos anos e que giram em torno da temática. Observamos, por fim, que os feminismos rurais no Brasil são pensados e teorizados por “sujeitas de dentro”, que conhecem e integram a realidade de que falam.

Fato é que uma problematização crítica aos feminismos é parte da agenda da teoria feminista hoje, em suas diferentes vertentes analíticas. A título de exemplo, e em crítica ao que chama de feminismo civilizatório (branco, liberal, europeu), Françoise Vergès (2020) elucida que (ainda) não foi feita uma revisão crítica da história das lutas feministas, em que a Europa aparece no centro, tendo estabelecido um modelo único a despeito das lutas das mulheres. A autora adota uma postura até certo ponto radical e problematiza aspectos como a influência/tendência desenvolvimentista no feminismo, que por vezes usou a seu favor a manutenção de um sistema de exploração racial, colonial, em que um não se faz sem o outro. Ela faz uma crítica contundente à genealogia da história do movimento ao mesmo tempo em que propõe um revisionismo que inclua as mulheres do Sul global e suas pautas. Diante de uma economia de esgotamento dos corpos (negros), a lógica capitalista produz trabalhos invisíveis e vidas descartáveis; a autora nos diz que o feminismo se tornou parte do arsenal da direita neoliberal, na qual a falsa inocência do feminismo branco se revela e cuja noção de liberdade se impôs.

Concordamos que esse feminismo se alimentou de representações orientalistas para se firmar. Se expandirmos a noção de orientalismo proposta por Edward Said na década de 1970 para além das relações e construções simbólicas, imagéticas e discursivas do Ocidente sobre o Oriente, observamos que essas representações foram reproduzidas para hierarquizar ou destacar quem é feminista e quem não é, lugar este do sujeito mulher universal, quase sagrado e que foi reservado historicamente às mulheres brancas, de classe média, escolarizadas e das cidades grandes – a feminista histórica por excelência.

Para Vergès (2020, p. 85), “há uma colonialidade inerente a uma sororidade” e um patriarcado que não quer se livrar dos seus benefícios e que foi responsável por construir um modelo de mulher – e de luta – em oposição a uma feminilidade “degenerada”. Nesse sentido, e concordando com Lorena Cabnal (2016/2017 *apud* Korol, 2021), feminista comunitária guatemalteca, o feminismo também é colonial.

Inserido e constituído num sistema cujas bases nos levam a pensar o modo como o mundo foi colonizado dentro de um modelo “europeu-norte-americano moderno/capitalista/colonial/patriarcal” (Grosfoguel, 2008 *apud* Ballestrin, 2013, p. 102), esse feminismo insiste em não falar sobre o peso das estruturas de opressão sobre si e relega aos feminismos “outros” essa missão.

Muitas têm sido as contribuições e críticas epistemológicas *desde abajo*, de mulheres negras, indígenas, periféricas, sertanejas, comunitárias, do campo, sinalizando que esse feminismo civilizatório, amalgamado na história, não as inclui. E elas propõem novas formas de ver e viver a partir de seus corpos-territórios, noção que nos revela impossível a dissociação corpo-individual e corpo-coletivo; uma ideia-força, portanto, uma imagem-conceito (Gago, 2020).

A força e a potência dessas mulheres convidam-nos à descolonização de um feminismo cuja força motriz é a despatriarcalização, embora este tenha recaído em alguns perigos no curso da história, especialmente ao se beneficiar das benesses da branquitude e de uma economia política do conhecimento (Cusicanqui, 2021) ao se tornar canônico.

Fato é que sempre falaram por nós. Durante muito tempo às mulheres era proibido o lugar da autoria, suas produções e escritos deveriam ser assinados com um pseudônimo masculino. Sem mencionar a objetificação a que fomos – e ainda somos – submetidas no contexto de colonização.

Os casos de violência contra o feminino não cessam. Durante muito tempo também não pudemos votar, ou mesmo acessar a educação formal. Durante muito tempo ainda, as mulheres trabalhadoras rurais não tinham sequer documentos pessoais que lhes outorgassem o reconhecimento de cidadãs.

Recentemente presenciamos (e protagonizamos) uma verdadeira “virada epistêmica” (Veiga, 2020), ao disputarmos também as narrativas de produção do conhecimento. Com o acesso de grupos historicamente marginalizados aos bancos das universidades e a própria difusão da Internet, já não aceitamos que falem de nós em terceira pessoa. Falamos de nós mesmas e fagocitamos olhares exógenos, cujas teorias pouco alcançam o universo da prática ou veem de cima para baixo, do Norte ao Sul global, pouco articuladas com as realidades vividas.

Foi isso que observamos, por exemplo, com a realização desta pesquisa bibliográfica. Acessamos textos publicados no último quadriênio e que se propõe problematizar a dimensão de um feminismo que parte do campo no Brasil. A maior parte dos trabalhos analisados foi produzida por sujeitas rurais, ou de proveniência rural, militantes de movimentos sociais do campo, ou que tinham (e têm) algum tipo de relação intrínseca com esse espaço. Muitas delas foram as primeiras de suas famílias a acessar o ensino superior e, para adentrar o espaço acadêmico, passaram pela experiência da migração para os grandes centros. Importa dizer que, nesses espaços, seus modos de vida e subjetividades são entrecruzados e ressignificados, resultando numa enunciação de si através das pesquisas que desenvolvem. Narrando a vida de outras, ou as suas próprias, essas mulheres costuram uma epistemologia própria, já não deixam os outros falarem por elas e falam a partir de seu posicionamento no mundo, trazendo elementos deste. Isso ocorre na História, na Psicologia, na Educação ou mesmo nas áreas interdisciplinares.

Estamos a falar, a teorizar, a erguer a voz, a lembrar bell hooks (2019). “As subalternas falam, as leões rugem, mas os ouvidos internos das Ciências Sociais [e da História] continuam [para tanto] sem [as] ouvir” (Cunha, 2015, p. 26). Concordamos com Teresa Cunha (2015), especialmente quando colocamos em pauta os feminismos das mulheres rurais no Brasil – e em Abya Yala³. É hora de exercitar a “aprendência da escuta”, do Norte – ou Nortes globais e internos – ouvir e calar (Orozco, 2021; Vasconcelos, 2022), entendendo que

³ Na língua do povo Kuna, significa Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento. O termo é sinônimo de América Latina e é utilizado nesse texto com essa acepção.

Os feminismos ensinam que a luta prioritária vem desde as esferas invisibilizadas, aquelas onde se absorve com maior dureza o conflito capital-vida, e das quais até agora não fizemos política (ou cujas tentativas de fazer política bloqueamos, menosprezamos). Lutas como as das mulheres camponesas ou das trabalhadoras domésticas assalariadas colocam em cima da mesa não só o que o capital não quer ver, mas o que muito outros também não querem ver para continuar a exercer a nossa (menor ou maior) parcela de privilégio (Orozco, 2021, p. 64, tradução nossa).

Trata-se de privilégios históricos, como sabemos, fincados na imbricação entre raça, classe, gênero, sexualidade e outros tantos marcadores que temos a possibilidade de observar e nomear a partir das contribuições da interseccionalidade como teoria social crítica (Collins, 2022). As aberturas trazidas pelas lentes interseccionais, em interface com os estudos feministas, e especialmente com o feminismo negro, têm contribuído sobremaneira para o redimensionamento de análises sociais e históricas sobre sujeitos historicamente às margens. Ao refletirmos sobre a posição desses sujeitos no mundo, problematizamos também a localização deles na própria história e nos seus respectivos contextos, observando ausências e a necessidade de olhares sintonizados a perceber a construção desses mesmos sujeitos no seu tempo. Pensar interseccionalmente é, portanto, ir além dos silenciamentos, sendo também uma metodologia que nos esforçamos para utilizar e nossa aliada numa investida de descolonização do conhecimento.

Aqui no Brasil, diante da forte tradição masculina do pensamento social, ressalte-se, a socióloga Heleieth Saffioti (1987) propunha, já na década de 1980, a análise do que posteriormente chamou de “nó”, percepção advinda da inter-relação entre classe, gênero e raça ou de uma intrínseca interação entre o capitalismo, o patriarcado e o racismo. Não se pode esquecer também de Angela Davis (2016), norte-americana, ativista e pensadora, em livro clássico, e de Kimberlé Crenshaw (2002), que abriu caminhos para a análise do entrecruzamento entre as diferentes categorias de opressão. No Brasil, ainda, Cecilia Sardenberg (2015) propôs, a partir da noção de “caleidoscópio de gênero”, a análise de um entrecruzamento em níveis para se perceber como as estruturas de privilégio e opressão se manifestam na vida das mulheres.

Fato é que a lógica ecocida do capital, e especialmente quando em articulação com outros marcadores, é cruel antes de tudo com as mulheres. Está, de acordo com Orozco (2021), em conflito com a vida no planeta; é heteropatriarcal, colonialista, destruidora, e se ancora numa divisão do mundo em zonas de acumulação duais: Norte e Sul global, centro e periferia.

Amaia Orozco (2021), economista espanhola, debruça-se sobre seus efeitos sobre a vida sob um viés feminista, endossando uma reflexão sobre os limites de um regime (neo)extrativista, em alusão a uma lógica de exploração da Natureza que é colonial, e a respeito de como os feminismos ensejam uma luta contra essa missão civilizatória, colonial e capitalista, que leva à crise emergente, à própria iminência do risco (Beck, 2011), que não podem jamais ser naturalizadas.

Os feminismos *desde las márgenes* têm apontado para isso, têm proposto uma outra economia (solidária) e um outro formato de política a partir da auto-organização de mulheres (Fernandes, 2018).

“Giro decolonial” rural

Dentro da lógica ecocida/biocida do capital, a violência parece ser a lógica mantenedora do *establishment*, praticada contra as mulheres, contra a Natureza, contra os bens naturais e comuns, em favor de tudo aquilo que possa virar lucro. Pensando no espaço do rural no Brasil, a violência é ferramenta do agrocapitalismo. Trata-se de uma tradição que vem de outrora (e remetemos aqui novamente aos nossos traços coloniais), que se reafirmou no período civil-militar e se traveste atualmente de ares “pop”, que só camuflam uma exploração generalizada que afeta não só a vida das mulheres, mas a do próprio Planeta. O céu está para cair, nos alertam os povos yanomami. E tudo isso é fruto de uma lógica de exploração desenfreada.

Em nosso país, a violência se intensificou nos últimos anos. De acordo com o Relatório Conflitos no Campo: Brasil, de 2023, realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), no último ano ocorreram 31 assassinatos no campo, tendo vitimado brutalmente indígenas, sem-terra, posseiros e quilombolas, homens e mulheres. De acordo com o estudo, mais de 50% das mortes tiveram como agentes fazendeiros e empresários, o que nos revela a face truculenta do agrocapital brasileiro.

Entre as décadas de 1960 e 1980, no estado da Paraíba, dois mártires da luta camponesa foram assassinados pelos mesmos mandantes. João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas, e Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande lutavam à época por direitos trabalhistas, educação e melhores salários na região canavieira do Brejo paraibano. Eles foram assassinados a mando do latifúndio, hoje travestido de agronegócio, de forma impiedosa, e que não respeitava – como ainda não respeita – gênero, cor nem credo. Margarida era católica fervorosa, próxima ao trabalho das emergentes Comunidades Eclesiais de Base, que deram impulso à atuação da Teologia da Libertação na região episcopal do Brejo (França, 2020) e que se expandiam na América Latina.

Os algozes de Margarida Alves não sabiam que ela viraria semente, como dizem as mulheres militantes da MM, *as Margaridas*, como se autointitulam. Essa marcha, realizada a cada quatro anos, tem caráter perene e congrega mulheres rurais das cinco regiões do Brasil – em sua pluralidade constitutiva – em direção à capital federal. Nesse processo, temos a reivindicação, demandas e o protagonismo político das mulheres desde suas bases.

Inspiradas na paraibana Margarida Maria Alves e sua trajetória de luta e de dor, essas mulheres acionam e eternizam o nome dessa mártir que tem nome de flor. Flor, inclusive, que, junto com o chapéu de palha, adereço usado por populações do campo para se proteger da nocividade do sol em seus trabalhos rotineiros, são marcas da ação⁴. Através desses símbolos, “concretizam formas de conhecimento e promovem o reconhecimento do significado emocional (e) político do ativismo” (Prévost, 2022, p. 3).

Essa influência de luta nos mostra que o canteiro de Margaridas floresceu. E, logo,

Ela não é apenas uma vítima. Ela também encarna a força. Ela desempenha o papel de um modelo positivo (uma das poucas mulheres rurais líderes da época) que participa da mudança dos sistemas de representação de gênero e incentiva as pessoas a lutar: ‘É

⁴ Para saber mais sobre a Marcha das Margaridas, cf. Sobreira (2022).

melhor morrer na luta do que morrer de fome'. As mulheres rurais podem se identificar com ela. Fazer de Margarida Alves um símbolo de luta rompe com a cultura da impunidade das violências e a resignação desejada pelo agrocaptal (Prévost, 2022, p. 16-17).

Símbolo de resistência na Paraíba e no Brasil, a memória dessa líder sindical é eternizada na luta das *Margaridas*. Tendo iniciado essa trajetória no início dos anos 2000, essa marcha reúne mais de 100 mil mulheres a cada edição, a última realizada no ano de 2023. Por soberania alimentar e nutricional, pelo acesso e manutenção dos bens comuns, pelo fim da violência e pela educação, essas mulheres ecoam suas vozes, místicas, cantos e ritos anunciando que um outro mundo é possível. Com suas bandeiras lilás na mão, abrem caminho para uma utopia potencial, bem mais filógina e empática a elas, mulheres rurais.

Desde seus territórios, essas mulheres constroem um feminismo rural encampado através da Marcha no Brasil e na América Latina, aproximando-se do que Maristella Svampa (2021) nomeia de feminismos ecoterritoriais. Para a autora argentina, esses feminismos se fazem incluindo expressões anticoloniais e antipatriarcais, recusando modelos de desenvolvimento dominantes, e são distintos dos feminismos urbanos ocidentais, estando em diálogo intrínseco e indissociável com os saberes locais e ancestrais. Saem em defesa da água, dos bens naturais, dos corpos-territórios, de justiça ambiental e de gênero. Segundo ela,

Nos últimos vinte anos testemunhamos um giro ecoterritorial das lutas, visível no fortalecimento das lutas ancestrais pela terra, lideradas por movimentos indígenas e camponeses, bem como no surgimento de novas formas de mobilização e participação cidadã, ONGs ambientais com uma lógica de movimento social, redes críticas de intelectuais e especialistas, coletivos autônomos de vários tipos, experiências agroecológicas, focadas na defesa da terra e dos territórios, na redefinição dos bens comuns, da biodiversidade e da relação com a natureza (Svampa, 2021, p. 5).

Diante dos extrativismos contemporâneos, caracterizados pela larga e ampla exploração da Natureza, “estamos frente a uma práxis e uma epistemologia política que afirma que outros feminismos são possíveis, assim como outras modernidades” (Svampa, 2021, p. 18), para além da lógica colonial-civilizatória.

Nomear – ou adjetivar – esses feminismos que se fazem com o pé na terra não significa apartá-los de uma luta maior, mas significa reconhecer a sua diversidade enunciativa e da categoria mulheres, necessária, que nos faz repensar essencialismos e a própria política feminista (Piscitelli, 2002). É assim que

Definir e expressar um feminismo próprio desde as mulheres camponesas não significa negar outras formas e pensamentos da luta feminista, significa apenas colocar para a reflexão e qualificação do pensamento feminista, desde outro lugar de vida, de trabalho e de ação política, o campo e a luta popular, uma perspectiva para a ação de libertação das mulheres, de todas as mulheres, que segundo sua classe e sua raça/etnia experimentam formas distintas de opressão e dominação que precisam ser compreendidas e incorporadas para a diversidade da luta (Seibert, 2019, p. 16).

Logo, entendendo que o espaço do campo é diverso, a pluralidade lhe é algo inerente, e, da mesma forma, as lutas que partem dele no Brasil, o que vale para se pensar os movimentos sociais rurais em uma perspectiva histórica, ou mesmo as lutas das mulheres. Organizadas especialmente a partir da década de 1980, resistem desde a colonização, quando sobre elas recaíram as imposições de gênero, do patriarcado e da racialização. O que não significa, segundo Lorena Cabnal (2010), que não existisse um patriarcado ancestral que já oprimia as mulheres e seus corpos. Esse patriarcado, contudo, foi refundado sobre as bases ocidentais e passou a enquadrar a todos, homens e mulheres, e a se tornar ainda mais cruel. Simbolicamente, a autora utiliza a metáfora da penetração sexual para se referir à invasão colonial, o que gerou uma heteronorma cosmogônica que só pode ser cindida mediante a defesa e libertação dos corpos das mulheres – e de seus territórios.

Nos idos dos anos 1980, movimentos auto-organizados de mulheres trabalhadoras rurais começaram a emergir especialmente no Norte, Nordeste e Sul do país, reivindicando direitos básicos, como o de sindicalizar-se, e pautas específicas. Para Michela Calaça (2021, p. 45), “a luta pela redemocratização, a possibilidade de questionar as normas estabelecidas, pareceram animar as mulheres camponesas a constituírem suas organizações na busca de colocar suas pautas em debate”.

Ao longo da década de 1990, as mulheres do Movimento Sem Terra (MST) começaram a se organizar a partir do Coletivo Nacional de Mulheres, incorporando desde logo o debate de gênero. Também houve a criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) em 1995 e uma forte campanha de documentação para as mulheres rurais, que até então utilizavam os documentos básicos dos seus maridos para usufruto das poucas garantias sociais disponíveis a elas naquele momento.

No início dos anos 2000, capitaneada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, a CONTAG, foi criada a Marcha das Margaridas em um contexto difícil, em que prevalecia o fantasma da fome e do analfabetismo especialmente nas regiões menos favorecidas do país. Em 2004 nasceu oficialmente o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), no estado de Santa Catarina, na região Sul do país.

Após esse ligeiro apanhado histórico, entendemos que as mulheres rurais iniciam o século XXI organizadas, demandando suas pautas e reivindicações e já se articulando em redes, inclusive internacionais, como a Via Campesina e a Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC), além de espaços autônomos.

Feminismos rurais – e plurais

Sobreira (2022) destacou, a partir de uma pesquisa histórica e etnográfica feminista na Marcha das Margaridas 2019, experiências de um feminismo rural no Brasil aglutinadas em torno da MM. O trabalho, amparado também na história oral, apresenta as experiências vividas pela autora e por mulheres paraibanas em marcha, autointituladas Margaridas, identidade política que se forma paulatinamente ao longo da vida dessas mulheres. Inspiradas em Margarida Alves, se reconhecem na luta a partir de suas histórias de vida e encontram pontos e resistências em comum.

As Margaridas contam com uma importante trajetória de conquistas reverberadas em políticas públicas demandadas a partir dos seus eixos de luta e reivindicações. A Marcha agrega mulheres ribeirinhas, quilombolas, indígenas, agricultoras familiares, extrativistas, pescadoras dos quatro cantos do país.

O trabalho de Tânia Kuhnen (2020) se debruça sobre o estudo da mesma edição da Marcha das Margaridas, destacando a preocupação da MM na superação de dualismos que apontam para uma mudança rumo à justiça ambiental e de gênero. Para a autora, a ação se aproxima de uma proposta ecofeminista na América Latina.

As duas autoras compartilham do entendimento de que a Marcha das Margaridas é uma ação feminista de mulheres rurais no Brasil. Ambas destacam a potência desse feminismo que se faz olhando também para o derredor, para uma transformação da vida de um modo geral, com valores mais solidários, começando pela vida das mulheres.

Outro trabalho, o de Ydávilla Martins (2022), aponta o viés educativo popular da MM. Como Dayane Sobreira (2022), também realiza uma etnografia na 6ª Marcha, inclusive trazendo relatos próximos aos destacados por esta em entrevistas realizadas com Margaridas da Paraíba e relatando o processo de preparação, para o seu recorte, das Margaridas do Ceará para a ida a Brasília. Salienta o fato de que “a Marcha das Margaridas, em seu processo formativo e organizativo, construiu um projeto educativo-político que fortalece a identidade política das mulheres camponesas para uma *práxis* feminista” (Martins, 2022, p. 94).

Ainda tratando das lutas feministas das mulheres do campo, três mulheres ligadas ao Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) nos trazem algumas outras contribuições teóricas, ajudando, inclusive, a rasurar uma tradição colonial dentro do conhecimento científico e acadêmico, portanto, um lugar academicamente construído para essas sujeitas e seus saberes, reforçando uma economia política do conhecimento que separa e antagoniza os sujeitos “pensantes” e os de “experiência”, reproduzindo uma relação centro/margem, uma geopolítica do saber. Este conflito também está presente no campo de produção feminista: quem vivencia e quem teoriza? Quem tem mais legitimidade? A experiência ou a representação?, como nos instiga à reflexão a chilena Nelly Richard (1996).

Uma delas é Maria José da Silva ([2019]), conhecida como Zezé, que escreve, com contribuições de duas assessoras do Movimento, um dos módulos do curso interno da Escola Feminista, importante estratégia formativa do MMTR. Começa indagando: o que quer dizer *feminismo rural*? E segue mencionando que o termo feminismo é comumente associado ao urbano. Diz, contudo, que, dado o contexto, são as mulheres rurais as mais atingidas pelo patriarcado, mas o questionam:

O feminismo rural foca na necessidade de desmontar toda e qualquer forma de violência praticada contra as mulheres, mostrando que até mesmo o fato de muitos homens, na sua maioria maridos ou companheiros, colocarem agrotóxicos na produção orgânica das mulheres é um tipo de violência. (Silva, 2019, p. 2).

Ela elenca outros elementos: o feminismo rural tem a agroecologia como projeto político; uma economia feminista e solidária; entende a atribuição do trabalho reprodutivo como uma violência. Preocupa-se mais em destacar características próximas ao vivenciado por ela no Nordeste brasileiro, numa demonstração clara de

que para as mulheres rurais as palavras e a teoria precisam fazer sentido. A necessidade de definição parte de suas práticas vividas, e não o contrário. As reflexões e lutas feministas rurais nascem, portanto, do mundo prático e de suas necessidades (Araújo, 2020).

Como Zezé, Gabriela Araújo (2020, p. 109), que foi assessora do Movimento, continua o exercício de caracterização:

Acredito que [a] capacidade de diálogo com outros sujeitos políticos seja um dos aspectos fortes do feminismo rural, considerando também que precisou ser desenvolvida como tática de sobrevivência, pois uma categoria que atravessa esse nível de exclusão social precisa necessariamente construir alianças.

Ou seja, as mulheres feministas rurais compreendem a importância da luta conjunta, o que não se dá, claro, sem tensionamentos. Para Araújo (2020), a aproximação do Movimento com ONGs e organizações feministas o fez questionar sua posição enquanto feminista, tendo reforçado essa identidade gradativamente. Ela vai além, coadunando-se com nossa análise:

Considero que as trabalhadoras rurais do MMTR-NE têm, desde suas origens, defendido um projeto decolonial, ainda que não necessariamente se utilizando de tal léxico, mas estando principalmente orientadas por uma práxis política de descolonização do feminismo (Araújo, 2020, p. 21).

O texto da autora, fruto de pesquisa de mestrado em um programa feminista, aponta para um olhar afinado com leituras decoloniais e seu posicionamento no mundo enquanto mulher negra e periférica, elemento importante ao se refletir sobre o lugar social dessas sujeitas, de onde e por que escrevem.

Em seu trabalho, ela faz uso da metodologia da história oral, ou de “fuxicos”, como chama, em trocadilho também com uma peça do artesanato nordestino feita por mulheres, e nos apresenta a percepção de outra militante a respeito do que entende por feminismo rural. Trata-se de Verônica Santana, coordenadora do Movimento, que se manifesta falando do ponto de vista da ação, apontando para as multiplicidades do *fazer* feminista rural:

Eu não sei dizer assim: existe um feminismo rural, entendeu? O que eu sei é o que a gente constrói, as nossas práticas são diferentes do que as pessoas têm. Como eu acho que vai ser diferente em cada lugar. O que a gente constrói aqui no movimento é muito a partir de um autorreconhecimento. A partir do seu cotidiano, de sua vida prática, daquilo que você faz. Não é sobre valorizar uma teoria pra você chegar à conclusão do que é feminismo, mas você refletir sobre aquilo que você faz e como aquilo dialoga com aquela teoria [...]. A gente está dizendo que é feminista rural e que tem uma forma que é nossa de fazer. Ah, outra pessoa em que não sei onde tem essa mesma forma? Pode ser que tenha. Mas nós não estamos copiando nem buscando essa forma. Nós não estamos fazendo isso (Santana, 2018 *apud* Araújo, 2020, p. 132).

Em outro trabalho, uma entrevista concedida a Elaine Bezerra e Raquel Lindôso (2021), Verônica Santana, ainda, se mostra cautelosa em definir ou circunscrever em palavras o que entende por feminismo. Ela parece entender as nuances que o status da palavra escrita tem na sociedade ocidental, de um lugar fechado em si, pronto, acabado, dado, “verdadeiro”, que não pressupõe o diálogo direto ou imediato da palavra falada, embora tenha sido esse o meio de sua reflexão. Verônica sabia que sua fala viraria texto:

Eu tenho um contato com o feminismo dentro do movimento e fora do movimento, mas é de uma forma que é meio difícil de falar (mas eu vou tentar falar). É como se o feminismo fosse uma coisa muito longe da nossa vida. É como se, para você ser feminista, você tem que acessar uma série de conhecimentos, sabe? Então, é o feminismo de uma mulher muito sabida falando para outras mulheres não tão sabidas, que somos nós (agricultoras). Aí, quando a gente olha para essa mulher, a gente não se enxerga nela e a gente tem dificuldade de se assumir como feminista (Santana, 2019 *apud* Bezerra; Lindôso, 2021, p. 4).

Sua fala é permeada por situações vividas, e isso aparece nas entrelinhas. Também por reflexos de uma história que criou um feminismo que se quis homogêneo, branco, escolarizado, de classe média, e do que é ser feminista – de um ponto de vista cristalizado e pouco preocupado com reais transformações para a vida das mulheres ou com a despatriarcalização do mundo. De um feminismo *distintivo*, apartado das imbricações de classe, raça, território... e que moldou o estereótipo da feminista: radical em seus atos e palavras, letrada, contracultural, alimentado ainda por uma visão deturpada e prevalente na década de 1970, da feminista feia e mal amada⁵. Daí o exercício de autorreflexão de Verônica. Como se reconhecer feminista se sempre lhe disseram que feminismo era uma coisa outra?

As entrevistadoras optaram por falar em “feminismo no rural”, ao passo que definem que “o feminismo no rural é a expressão de uma práxis feminista produzida no e com o território” (Bezerra; Lindôso, 2021, p. 8), na esteira do defendido por Verônica Santana, quando aponta, também nesta entrevista, a pluralidade de fazeres possíveis e a diligência em fechar um conceito em palavras que possam soar perigosas no sentido de restringir as lutas das mulheres rurais em poucas opções categóricas. Reforça que no MMTR há uma forma possível de se fazer feminismo rural.

Um outro modo de se fazer feminismo rural vem do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). No lastro da auto-organização de mulheres na região sul e que vinha se dando desde 1983, ele se anuncia feminista apenas nos anos 2000. Essa declaração até certo ponto cuidadosa do Movimento se deu, segundo Michela Calaça (2021), diante de uma negação do próprio feminismo em reconhecer as mulheres populares como feministas, o que, no entanto, não significa que não “estavam a construir concretamente espaços de maior liberdade, autonomia e reconhecimento político, comunitário e familiar” (Calaça, 2021, p. 53).

Articulado à Via Campesina e à CLOC, a Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo, o MMC defende um feminismo camponês popular com forte presença de um debate sobre classes ou sobre o reconhecimento prévio da estrutura do capital, que oprime homens e mulheres em sociedade. Um “feminismo que nasce do

⁵ Sobre isso, ver Soihet (2005).

processo de luta, organização, formação e constrói novas possibilidades de ser e existir” (Calaça, 2021, p. 56) e que está alinhado ao debate socialista/classista, portanto. A aproximação com as organizações internacionais citadas trouxe, a partir de 2010, uma maior incorporação da pauta feminista, tal como se encontrava naquele momento o movimento internacional camponês.

De acordo com Carmen Lorenzoni, Iridiani Graciele Seibert e Zenaide Collet (2020, p. 27),

O feminismo camponês popular não nasce das teorias, dos centros acadêmicos ou de grandes discursos políticos, mas nasce das experiências das mulheres camponesas por meio de transformações concretas na vida delas, do campesinato e da classe trabalhadora. Uma prática cotidiana que está motivada por um pensamento político, que vai sendo apreendido nos processos de formação e estudo político ideológico da Educação Popular, da Teologia da Libertação, do Feminismo popular e revolucionário, dos clássicos sobre o campesinato, do pensamento crítico ao modelo capitalista de sociedade, que aponta a sua superação para a construção de uma sociedade capitalista.

As experiências e práticas do campesinato são ressaltadas, o que reforça seu caráter popular e a importância da percepção de um lugar centrado na classe, bem como de uma pedagogia crítica, e que aponta para uma revolução possível que seja capaz de transformar as bases capitalistas e suas intrínsecas hierarquizações. Para Calaça e Seibert (2018 *apud* Seibert, 2019, p. 112):

As camponesas organizadas no MMC fundam o seu feminismo camponês e popular em três elementos: a luta de classes (pois entendem que a superação da sociedade capitalista é a única forma possível de construir real liberdade para todas as pessoas, em especial para as mulheres), a luta feminista pelos direitos e autonomia política das mulheres e a luta por um projeto de agricultura camponesa e agroecológica.

Com seu projeto libertário e identidade camponesa, popular e feminista, além dos princípios de ser autônomo, democrático, popular, de classe, de luta, construtor de relações de igualdade e socialista, o MMC apresenta uma longa e ativa história que marcou a consolidação do movimento de mulheres camponesas no Brasil.

Já a tese de Flávia Machado (2023) nos apresenta o protagonismo feminista de outras mulheres rurais: as do Movimento Sem Terra. A tese, bem articulada teoricamente com o campo de produção decolonial e feminista, é crítica aos feminismos de *mainstream* e realiza sua discussão a partir das histórias de vida de 11 mulheres sem terra de um acampamento e um assentamento em Goiás, destacando suas trajetórias de vida e de luta e experiências de rebeldia feministas decoloniais e populares. Ao encontro dessa problematização, diz que

Falar de feminismos em contextos rurais só é possível a partir de outras matrizes e de outras localizações, tendo em vista que existem experiências e vivências entre mulheres subalternizadas que não foram nomeadas e identificadas como “feministas”, com

base nos cânones e nos discursos predominantes nos feminismos hegemônicos. Porém, suas diversas formas de resistências e insurgências, ao mesmo tempo de conformação das normativas de gênero ocidental e da colonialidade, são expressões feministas (Machado, 2023, p. 39).

Em seu trabalho, Machado (2023) foca em pensar as práticas e o feminismo praticado pelas mulheres do MST, embora nos apresente um cenário mais amplo. Identificou, a partir das narrativas dessas mulheres, modos de ser, saber e fazer que considera como práticas feministas populares e decoloniais. Elas elaboram constructos próprios, entendimentos e formulações a respeito do feminismo a partir de suas experiências e conhecimentos apreendidos no processo formativo da luta e do Movimento. Essas mulheres “tecem práticas feministas no enfrentamento de suas opressões inter cruzadas ao largo de suas vidas e nas trincheiras da luta pela terra e pela transformação social” (Machado, 2023, p. 348).

Na esteira de um projeto de mudança que passa pela construção de uma sociedade socialista, essas mulheres entrelaçam, segundo a autora, lutas de gênero, raça e classe que são também teorizadas por elas ao narrarem e refletirem sobre suas trajetórias. Tornam-se feministas à medida que lutam a partir de uma consciência coletiva experienciada, enxergando esperança e o fim de todas as formas de opressão. Seguindo sua argumentação, é possível afirmar que existe um feminismo telúrico dessas mulheres que vivem debaixo da lona, cujas

práticas feministas [...] estão localizadas nos feminismos decoloniais e populares, considerando-se não apenas as resistências cotidianas às opressões que as atravessam, mas também por conceberem projetos de emancipação, não apenas individuais, ao almejarem a terra, mas coletivos, ao confrontarem a estrutura agrária concentradora que espolia e violenta as populações do campo, das águas e das florestas desde a época colonial. E ainda, ao questionarem as relações de poder, fundamentadas no racismo, sexismo, etarismo, desterramento e outras subordinações, nas vivências e experiências, principalmente, desafiando a própria organicidade do MST (Machado, 2023, p. 334).

O protagonismo dessas mulheres irrompe, inclusive, e já desde longa data, com um questionamento latente da própria estrutura e organização do movimento. Não poderíamos deixar de mencionar que o Coletivo Nacional de Mulheres do MST foi criado há quase 30 anos, no ano de 1996, tendo passado a se chamar, após 1999, de Coletivo Nacional de Gênero, responsável por mobilizar e formar mulheres sem terra, organizar eventos e publicações, não sem tensões internas e enfrentamentos.

A dissertação de Míria Dantas (2022), da área da Psicologia Social, problematiza as representações sociais acerca do feminismo e questões afins por parte das mulheres do sertão baiano. Realizou uma significativa pesquisa de campo, com entrevistas e questionários que trazem dados importantes sobre o modo de vida dessas mulheres e também sobre a forma como enxergam certas questões como o trabalho e a violência. Inicialmente apresenta uma importante e fluente discussão sobre representações sociais, e entende o feminismo a partir de três eixos: práticas contestatórias, movimento social e epistemologias.

Partindo de uma escrita de si, observou um campo representacional em construção do feminismo no sertão baiano, muito articulado à prática dessas mulheres, cuja representação de si passa muito fortemente pela dimensão do trabalho. A representação endógena de mulheres “trabalhadeiras” forja suas identidades e ética em contexto de ruralidade, ao mesmo tempo que as invisibiliza, pois estão ancoradas na percepção do seu trabalho como “ajuda”. Sobre isso, Dantas (2022, p. 132) nos diz:

O papel da mulher ‘trabalhadeira’, que dá conta das obrigações no seu âmbito doméstico e de ‘ajudar’ no que for preciso para a manutenção familiar, além de realizar o trabalho invisível do lar ao chegarem das roças, pois, por ser ‘sua obrigação’ não é questionada, espera-se que seja cumprido. É nessa relação de invisibilidade, sobrecarga e não reconhecimento que a identidade ‘trabalhadeira’ se forja e vai forjar junto com ela a identidade das mulheres que são atravessadas por essa violência de gênero.

É, assim, e articulada a outros marcadores, que as experiências dessas mulheres estão permeadas por duas geografias: a da terra e a do corpo, que vão orientar uma percepção própria do que entendem por feminismo.

Um fato curioso observado por esse estudo é que poucas entrevistadas sabiam representar o feminismo de forma objetiva ou pragmática, especialmente quando se levou em conta o marcador geracional.

Neste grupo de mulheres que afirmaram não saber representá-lo a partir do termo, práticas que contestam e denunciam a violência contra mulheres ali em suas comunidades (como apontado no diário de campo) e nas telas da televisão; as múltiplas jornadas que enfrentam e o machismo de seus companheiros; bem como [o fato de que] são aquelas que protagonizam a responsabilidade pela manutenção de suas casas, seja através de recursos financeiros advindos de atividades em outras comunidades, seja pela lenha ou pela água que carregam em suas cabeças diariamente. Nesse sentido, somos convocadas a pensar na originalidade de práticas e reivindicações de mulheres que não se autodefinem feministas, não nomeiam feminismo ou mesmo se sentem à vontade e seguras para representá-lo através de questionários de pesquisa, mas que podem contribuir, sobremaneira, para a construção desse fenômeno que é maior do que o seu nome (Dantas, 2022, p. 172-173).

Os resultados trazidos por Míria Dantas (2022) em sua pesquisa nos interpelam sobre a própria dimensão do discurso e implicam um debate muito maior sobre as identidades. Para ser feminista é preciso se dizer feminista? Sabemos da importância dessa “nomeação” até mesmo para o reconhecimento de categorias políticas diversas em torno dos “feminismos rurais”, que são múltiplos, e de suas demandas.

Ainda da área da Psicologia, a dissertação de Jullyana Ribeiro (2020) entrelaça sua história de vida com a história de vida estudada (destaca-se, um elemento comum aos trabalhos analisados), a de Dona Odete. Para tanto, localiza as resistências das mulheres rurais na esteira dos feminismos subalternos, sem especificar um feminismo próprio dessas mulheres, embora teça uma crítica ao modo como o campo – e suas

relações – foram construídas, bem como ao viés urbanocentrado dessas construções, embora também sinalize e nos apresente uma coerente análise da condição social das mulheres rurais e seu histórico organizativo.

Ao mesmo o tempo em que contextualiza o território do campo, em sua historicidade e complexidade, o texto problematiza a respeito de uma Psicologia urbana, que não alcança as vidas e saberes de homens e mulheres rurais. Diante do que chama de ruralidades plurais, não há lugar para o estático; “deve-se desconstruir a ideia de que esses saberes do campo são fechados aos saberes ancestrais. Deles bebe-se a água, mas é no fazer que esse saber se reconstrói e se renova” (Ribeiro, 2020, p. 58). Da mesma forma, as lutas dessas mulheres, que atravessam os tempos, seus saberes e práticas.

Um feminismo que se faz como crítica e com pé no chão

Os feminismos rurais, em sua potência em termos de pluralidade e enunciação, se fazem a partir de uma imbricação intrínseca entre diferentes marcadores que se interseccionam e partem desde as bases no Brasil. São pensados, elaborados e caracterizados por sujeitas que conhecem a realidade em que vivem, num exercício de autêntica autonomia epistêmica (Barbosa, 2019).

No encalço dos feminismos decoloniais e de experiências de resistência política e cotidiana que estiveram historicamente às margens, os feminismos rurais se aproximam dos feminismos comunitários de Abya Yala. Em defesa do corpo-território, da Natureza e da autonomia de ser, viver e pensar, os feminismos rurais brasileiros vêm interpelando o projeto ecocida/biocida do capital em seus vieses mais amplos. Agregando a isso suas pautas mais específicas, mostram a que vêm e o que querem, inclusive dentro do próprio feminismo.

A partir das experiências da Marcha das Margaridas, do Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento Sem Terra, Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste e de outros movimentos vitais de mulheres em seus territórios, essas mulheres constroem cotidianamente um feminismo que as represente. Fazem-se feministas na própria luta, e começam desde cedo, na tentativa de furar a bolha do patriarcado que coexiste com o capitalismo, o racismo, o urbanocentrismo e a própria colonialidade.

Remodelando a si e a seus mundos, essas mulheres tecem caminhos de transformação, nos ajudando a enxergar um mundo mais filógeno e respeitoso para com todas as pessoas e a Natureza. Propõem caminhos alternativos ao extrativismo predatório já em curso no Brasil – e em outros países da América Latina – diante de um cenário neoliberal e ainda conservador (Fernandes, 2018).

Partindo quase sempre de escritas de si, da realidade vivida ou observada e costurando linhas de fuga, os trabalhos analisados emergem em um contexto de expansão. Suas autoras nos convidam a *sentipensar/corazonar* com as mulheres rurais do Brasil e de Abya Yala, fraturando junto conosco um lócus ainda atravessado pela colonialidade do poder e do saber, e contribuindo para a construção de uma Academia comprometida com a vida (Arias, 2010) e com o bem viver.

Referências

- ARAÚJO, Gabriela Monteiro. *Medo nós tem, mas não usa: narrativas feministas rurais do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)*. 2020. Dissertação (Mestrado em Gênero, Mulheres e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.
- ARIAS, Patricio Guerrero. Corazonar desde las sabidurías insurgentes el sentido de las epistemologías dominantes para construir sentidos otros de la existencia. *Sophia: Colección de Filosofía de la Educación*, Cuenca, n. 8, p. 101-146, 2010. Disponível em: <https://sophia.ups.edu.ec/index.php/sophia/article/view/8.2010.05>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwXh55jhv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2024.
- BARBOSA, Lia Pinheiro. Florescer dos feminismos na luta das mulheres indígenas e camponesas da América Latina. *Novos Rumos Sociológicos*, Pelotas, v. 07, n. 11, p. 197-231, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15210/norus.v7i11.17048>.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma nova modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BEZERRA, Elaine Mauricio; LINDÔSO, Raquel Oliveira. Trilhas e saberes compartilhados: o feminismo no rural: entrevista com Verônica de Santana. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 3, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/LDHHGgyQQtfRRMj8g63bPcv>. Acesso em: 22 maio 2024.
- CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: LAS SEGOVIAS. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Barcelona: ACSUR, 2010. p. 11-25. Disponível em: <https://porunavidavivible.files.wordpress.com/2012/09/feminismos-comunitario-lorena-cabnal.pdf>. Acesso em: 17 maio 2024.
- CALAÇA, Michela. Feminismo camponês popular: contribuições à história do feminismo. *Ruris*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 29-66, 2021. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/17016>. Acesso em: 9 jul. 2024.
- COLLINS, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo: Brasil, 2023*. Goiânia: CPT, 2024.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- CUNHA, Teresa. *Women inPower women: outras economias geradas e lideradas por mulheres no Sul não-imperial*. Buenos Aires: CLACSO, 2015.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores*. São Paulo: n-1 Edições, 2021.
- DANTAS, Míria Moraes. *Representações sociais de feminismo em contextos de ruralidade: um estudo com mulheres rurais no sertão da Bahia*. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FERNANDES, Marianna. Alternativas feministas ao extractivismo predatório: contribuições e experiências da América Latina. Friedrich Ebert Stiftung (org.), Maputo, 7 dez. 2018. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/mosambik/15207.pdf>. Acesso em: 4 maio 2024.
- FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de. *Teologia da libertação: memórias territoriais de lágrimas e luta pela terra na região de Guarabira*. Curitiba: CRV, 2020.
- GAGO, Verónica. *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*. São Paulo: Elefante, 2020.
- hooks, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.

KOROL, Claudia. Feminismo comunitário de Iximulew-Guatemala: entrevista com Lorena Cabnal. *Revista Hawô*, Goiânia, v. 1, p. 1-29, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/hawo/article/view/71609>. Acesso em: 16 abr. 2024.

KUHNEN, Tânia Aparecida. Marcha das Margaridas: apontamentos para um (eco)feminismo latino-americano. *Sul-Sul*, Barreiras, v. 01, n. 01, p. 124-147, 2020. Disponível em: <https://www.sumarios.org/artigo/marcha-das-margaridas-apontamentos-para-um-ecofeminismo-latino-americano>. Acesso em: 8 jul. 2024.

LORENZONI, Carmen; SEIBERT, Iridiane Gracieli; COLLET, Zenaide. Movimento de Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias. In: MEZADRI, Adriana; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET, Zenaide (org.). *Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas*. São Paulo: Outras Expressões/Expressão Popular, 2020. p. 13-31.

MACHADO, Flávia Pereira. *Trajetividades de mulheres sem terra nas margens: rebeldias feministas abaixo da lona em Goiás (1990-2020)*. 2023. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

MARTINS, Ydávilla Vasconcelos. *Educação e formação política das mulheres camponesas: uma análise da Marcha das Margaridas*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino) – Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2022.

OROZCO, Amaia Pérez. El conflicto capital-vida: aportes desde los feminismos. *Trabalho Necessário*, Niterói, v. 19, n. 38, p. 54-66, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/45907#:~:text=A%20ideia%20do%20conflito%20capital,outras%20formas%20anteriores%20de%20economia%2C>. Acesso em: 22 maio 2024.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002. p. 07-42. (Textos Didáticos, n. 48). Disponível em: <https://www.culturaegenero.com.br/download/praticafeminina.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

PRÉVOST, Héloïse. “Até que todas sejamos livres”: o ativismo ‘sentipensado’ das feministas agroecológicas brasileiras contra as violências agrocapitalistas. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5969>. Acesso em: 8 jul. 2024.

RIBEIRO, Jullyana de Melo. *O saber-existência das mulheres rurais: histórias de vida a partir dos feminismos subalternos e decoloniais*. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

RICHARD, Nelly. Feminismo, experiencia y representación. *Revista Iberoamericana*, Buenos Aires, v. 62, n. 176-177, p. 733-744, 1996. Disponível em: <https://josefariuiztagle.cl/wp-content/uploads/2020/09/Feminismo-experiencia-y-representacio%CC%81n-Nelly-Richard.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SARDENBERG, Cecília M. B. Caleidoscópios de gênero: Gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. *Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 56-96, 2015. Disponível em: <https://repositoriohml.ufba.br/bitstream/ri/28014/1/Caleidosc%C3%B3pios%20de%20G%C3%AAnero.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

SEIBERT, Iradiani Graciele. *Feminismo camponês e popular: contribuição das mulheres camponesas à luta de transformação social*. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados sobre as Américas) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SILVA, Maria José da. *Feminismo rural: uma nova forma de ser mulher no campo*. Caruaru: Escola Feminista, [2019]. Módulo 5. Disponível em: <http://www.mmtne.org.br/pdf/escola-feminista/modulo-5/feminismo-rural.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.

SOBREIRA, Dayane N. “Olha Brasília está florida, estão chegando as decididas”: experiências de um feminismo rural no Brasil a partir da Marcha das Margaridas. 2022. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arte antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 591-611, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/vM7fnwTP6kgw3PyZnj4JThR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2016.

SVAMPA, Maristella. Feminismos ecoterritoriales en América Latina: entre la violencia patriarcal y extractivista y la interconexión con la naturaleza. Madrid: Fundación Carolina, 2021. (Documentos de Trabajo, n. 59). Disponível em: <https://www.fundacioncarolina.es/catalogo/feminismos-ecoterritoriales-en-america-latina-entre-la-violencia-patriarcal-y-extractivista-y-la-interconexion-con-la-naturaleza/>. Acesso em: 9 jul. 2023.

VASCONCELOS, Vânia Nara P. A aprendizagem da escuta como insurgência epistêmica a partir das narrativas de uma mulher do sertão baiano. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 13-30, 2022. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1286>. Acesso em: 20 ago. 2023.

VEIGA, Ana Maria. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 2-32, 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0101>. Acesso em: 23 jul. 2023.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Declaração de Coautoria: Ambas as autoras, Dayane Nascimento Sobreira e Michelly Pereira de Sousa Cordão declaram ter participado “da construção do artigo” e “especialmente da interpretação dos dados resultantes de revisão bibliográfica realizada, bem como sistematização/escrita dos mesmos.”

*Minicurrículo das Autoras:

Dayane Nascimento Sobreira. Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (2022). Pós-doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Pesquisa financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Programa 35210.12.573.5011.1998, rubrica 3390.18, Fonte 500) E-mail: dayanesobreira26@gmail.com.

Michelly Pereira de Sousa Cordão. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2015). Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: michelly.pereira@professor.ufcg.edu.br.

Parecerista 1: Andrea Lorena Butto Zarzar , [Parecer 1](#);
Editoras de Seção: Marcella Beraldo de Oliveira ;
Marilis Lemos de Almeida .